



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD
EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF
Caixa Postal 7993
Telefones: (61) 2028-9121 / 9122 / 9126 / 9207 / 9208 / 9448

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL
Nº 012/2018 DE 04/04/2018**

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental
PROJETO PNUD BRA/08/023**

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAL, PARA O ENDEREÇO ELETRÔNICO: bra08023.edital@icmbio.gov.br, **ATÉ O DIA 13 DE ABRIL DE 2018** INDICANDO NO CAMPO ASSUNTO DO EMAIL O NÚMERO DO PROJETO, O NÚMERO DO EDITAL E DA VAGA PRETENDIDA. **NÃO SERÃO ACEITOS CURRÍCULUNS ENVIADOS FORA DO PERÍODO INDICADO.**

OBS: APÓS A SELEÇÃO CURRICULAR DOS CANDIDATOS O ICMBIO ENTRARÁ EM CONTATO PARA MARCAR ENTREVISTA E SOLICITAR PROPOSTA FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO. **O NOME DO(A) CANDIDATO(A), SELECIONADO(A) SERÁ PUBLICADO NO SITE DO ICMBIO.**

PROJETO PNUD BRA/08/023 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do PROJETO, DO EDITAL E DO NÚMERO DA VAGA desejada estejam descritos no Campo Assunto do E-mail.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “*É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional*”.

ESTE EDITAL TEM VALIDADE ATÉ 31/12/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – BRA/08/023 - Nº DA VAGA 145

2. Setor Responsável: CGPT **3. Diretoria:** DISAT/ICMBio

4. Função do Profissional a ser Contratado(a): Técnico Especializado

5. Contexto: O Brasil apresenta uma significativa quantidade de unidades de conservação (UC) com potencial turístico. O turismo em UC, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade, tem como oportunidade, e desafio, gerar renda para as comunidades habitantes do interior e/ou entorno dessas áreas, ao mesmo tempo em que deve conciliar a proteção do meio ambiente com o respeito e a promoção da diversidade cultural.

O ICMBio tem por missão a gestão sustentável das unidades de conservação federais, portanto, é de sua responsabilidade a normatização, o planejamento e a implementação das atividades de turismo nesses territórios. Nesse contexto, aparece como oportuna a discussão sobre como fomentar o *turismo de base comunitária* (TBC) nas UC que permitem a visitação pública. Este instrumento de política pública, assim como o *ecoturismo*, busca a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, no entanto, no TBC, questões como o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade, a vivência entre diferentes culturas (em termos de diálogo e aprendizado) e a partilha dos benefícios advindos da visitação entre os membros da comunidade são mais proeminentes.

Devido às suas especificidades, a demanda pelo TBC tem aumentado significativamente nas unidades de conservação, vindo, em boa parte dos casos, das próprias comunidades. Logo, faz-se necessário que o Instituto Chico Mendes tenha instrumentos de gestão próprios para o estabelecimento do TBC nas UC onde a atividade é permitida. Como parte dessa construção, em 2017, o ICMBio publicou um caderno de princípios e diretrizes do TBC em UC Federais. O próximo passo é a sistematização de experiências existentes, na perspectiva das lições aprendidas, que possam apontar caminhos para uma melhor estruturação do TBC nas UC, incluindo a normatização ou instituição de programa de incentivo no âmbito do ICMBio.

6. Justificativa: O ICMBio criou, através da Portaria 232, de 11 de maio de 2016, o Grupo de Trabalho (GT) em Turismo de Base Comunitária, que teve seu prazo de 180 dias prorrogado por igual período pela Portaria 755, de 02 de dezembro de 2016. Sob a coordenação da CGEUP/DIMAN e da CGPT/DISAT, o objetivo principal deste GT foi o de construir uma estratégia para normatização e implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC) no âmbito do ICMBio.

Diversas atividades foram desenvolvidas pelo GT, incluindo o levantamento de uma rede de servidores interessados na temática, a já referida publicação do Caderno de Princípios e Diretrizes de TBC em UC Federais, e uma Chamada de Propostas para Fortalecimento de Iniciativas de TBC, destinada a selecionar 4 projetos, mas que ampliou seu alcance para as 8 melhores propostas. Estes projetos devem iniciar suas atividades em março de 2018.

No entanto, ao longo desse percurso ficou claro que havia muito ainda a ser feito, inclusive em termos de conhecimento do que já acontece nas UC federais, para que o ICMBio tivesse condições de institucionalizar o TBC. Nesse sentido, depois do Caderno de Princípios e Diretrizes, o próximo passo é a elaboração de um Caderno de Experiências, que tem o objetivo principal de apresentar metodologias e as diversas possibilidades de implementação e aperfeiçoamento das experiências de TBC nas UC federais, a partir da prática concreta de cerca de 10 iniciativas em andamento.

O produto *Caderno de Experiências* é o objeto deste Termo de Referência, e está relacionado ao Produto 2.4 do Projeto BRA/08/23.

7. Propósito da contratação: Consultoria especializada para elaboração do Caderno de Experiências em TBC nas UC Federais, envolvendo desde a concepção do caderno, organização das informações levantadas pela consultoria e também pela rede de apoio de servidores, até os textos relativos à sistematização de cada uma das experiências a serem relatadas.

8. Descrição das atividades:

8.1. Detalhamento:

Atividade 1: Elaborar a concepção do caderno, incluindo como o conteúdo relativo às experiências (textos, imagens, ilustrações e mapas) será abordado e apresentado no material. A concepção, contendo eventuais subdivisões em capítulos e encartes, deverá estar ancorada no roteiro de acompanhamento de projetos, pré-definido pelo ICMBio e que será utilizado como base para o levantamento de informações sobre as experiências que integrarão o caderno, bem como no Caderno de Princípios e Diretrizes do TBC em UC Federais. A seleção das experiências que irão compor o caderno será realizada pelo ICMBio, que repassará as informações básicas sobre cada projeto de forma a auxiliar o trabalho da consultoria.

- Redação clara e concisa;
- Linha editorial da publicação, seções e subseções, formato do caderno, laudas por seção, espaço para fotografias;
- Proposta de ajustes ao roteiro de acompanhamento dos projetos, em caso de necessidade;
- Não se espera dessa consultoria que elabore a arte e diagramação do material, mas que deixe os textos e seções prontas para este trabalho.

Produto 1: Relatório preliminar, contendo informações gerais sobre o processo de elaboração da concepção do caderno e a concepção em si, de forma a que este oriente o contato com as UC para o registro das experiências, elaborado e aprovado. Caso necessário, o relatório deverá conter uma proposta de ajuste ao roteiro de acompanhamento dos projetos.

Atividade 2: Participação no Seminário de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia, que ocorrerá no início de maio em Rio Branco/AC, para uma melhor compreensão do cenário do TBC no âmbito das UC federais. Ao término do Seminário, o consultor deverá deslocar-se à Reserva Extrativista Chico Mendes para o registro da experiência de TBC da UC, tendo o roteiro de acompanhamento de projetos como subsídio à execução da tarefa. Adicionalmente, e caso aplicável, o consultor deverá aproveitar o momento do Seminário para realizar eventuais reuniões e entrevistas com os representantes das UC que integrarão o caderno (no caso destes estarem presentes no evento), bem como organizar junto a esses representantes as visitas de campo previstas na Atividade 3.

Produto 2: Relatório contendo o detalhamento das atividades realizadas durante o Seminário e durante a visita à Reserva Extrativista Chico Mendes, contendo as percepções alcançadas e seu impacto sobre o trabalho, elaborado e aprovado. Caso aplicável, o relatório deverá trazer, ainda, as atividades agendadas e o cronograma de trabalho a partir do contato com os gestores e comunitários representantes das UC. Ressalta-se que o texto para compor o Caderno de Experiência, relativo à experiência da Resex Chico Mendes, deverá ser apresentado no âmbito do produto 3.

Atividade 3: Visita a duas experiências de TBC (Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA e Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape/BA), bem como sistematização das experiências de TBC dessas duas UC e da Resex Chico Mendes. A sistematização, realizada tendo como referência a aplicação do roteiro de acompanhamento de projetos, envolverá a entrega dos textos das três experiências para compor o Caderno.

Produto 3: Relatório com a proposta de texto para o Caderno relativo às três experiências visitadas pelo consultor redigido e apresentado, tendo como base a aplicação do roteiro de acompanhamento dos projetos e, como referência conceitual, o Caderno de Princípios e Diretrizes para o TBC, elaborado e aprovado. O produto deverá trazer os textos relativos às experiências do Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA, Reserva Extrativista Marinha da

Baía do Iguape/BA e Reserva Extrativista Chico Mendes/AC, (esta última realizada no âmbito da atividade 2).

Atividade 4: Sistematização das informações e conteúdos relativos às demais experiências levantadas por rede de servidores do ICMBio e redação dos textos para o Caderno relativo a cada uma delas. O consultor deverá apresentar também um mapa ilustrado com a distribuição dos patrimônios/atrativos, vinculados à atividade de TBC, no território de cada UC.

Produto 4: Textos para Caderno de experiências, conforme concepção aprovada no Produto 1, com eventuais ajustes apontados nos produtos anteriores, contendo também as fotos e os mapas ilustrados de cada uma das experiências, com a distribuição dos atrativos no território, elaborados e aprovados.

8.2 Forma de apresentação:

- Os produtos a serem gerados pela consultoria devem ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.
- A forma de apresentação dos relatórios seguirá os padrões estabelecidos pela ABNT.
- O Caderno de Experiências será entregue de forma preliminar para análise e aceite do ICMBio. O consultor adequará ou corrigirá os produtos conforme necessidade, e entregará a versão final.
- A entrega dos relatórios provenientes de cada um dos produtos deverá ser precedida por reunião para apresentação e discussão em Brasília/DF. O consultor adequará ou corrigirá os produtos, conforme necessidade, e entregará ao ICMBio para apreciação e aceite.
- Os produtos finais serão elaborados em documento formato .doc ou .xls compatível com *MicrosoftWord* ou *Excel*, a ser entregue em duas vias impressas encadernadas e duas vias digitais em CD-ROM. A consultoria poderá propor a elaboração e apresentação dos produtos em outros formatos, desde que acordados previamente junto ao ICMBio, e em arquivos passíveis de serem editados.

9. Direitos autorais e de propriedade intelectual:

- A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento, contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.
- Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.
- Fotografias e filmagens respeitarão as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários.

10. Prazos: Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da CGPT, estaterá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar.

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

11. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1. Relatório preliminar elaborado e aprovado.	20% mediante entrega e aceite do Produto 1.	Até 30 dias após assinatura do contrato.
Produto 2. Relatório 2 elaborado e aprovado.	20% mediante entrega e aceite do Produto 2.	Até 60 dias após assinatura do contrato.

Produto 3. Relatório 3 elaborado e aprovado.	20% mediante entrega e aceite do Produto 3.	Até 120 dias após assinatura do contrato.
Produto 4. Textos para Caderno de Experiências elaborados e aprovados.	40% mediante entrega e aceite do Produto 4.	Até 180 dias após assinatura do contrato.
OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.		
PERFIL DO PROFISSIONAL		
12. Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto	
13. Período da Contratação: 06 (seis) meses		
14. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.	Total Geral: R\$	
15. Nº de Vaga(s):	01	
16. Nível de Escolaridade Desejado:	(X) Nível Superior	() Mestrado () Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s): Curso superior completo nas áreas de ciências biológicas, ciências sociais, turismo, comunicação social, ciências da terra, ou ciências ambientais. Desejável, mas não excludente, Mestrado e Doutorado com temáticas relacionadas ao turismo de base comunitária, ao turismo em áreas protegidas, à gestão e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a processos de pedagogia comunitária.		
18. Especializações/Cursos: Desejável cursos e especializações com temática relacionada ao turismo em áreas protegidas, ao turismo de base comunitária, à gestão e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, à elaboração de materiais pedagógicos impressos e/ou editoração de publicações impressas.		
19. Experiência Profissional: <ul style="list-style-type: none"> • Experiência com iniciativas de turismo em áreas naturais protegidas; • Experiência com iniciativas de turismo de base comunitária; • Experiência com processos voltados a comunidades relacionadas a áreas naturais protegidas; • Experiência em processos de gestão e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; • Experiência com elaboração e/ou editoração de publicações impressas (livros, revistas e cartilhas); • Trabalhos com sistematização de experiências. 		
20. Tempo de Experiência Profissional: Mínimo 3 (três) anos, sendo permitida a soma de tempo entre experiências relativas às diversas temáticas elencadas neste edital.		
21. Localidade de Realização do Trabalho ICMBIO Sede – Brasília/DF		
22. Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim	() Não
23. Conhecimentos em Informática:	(X) Sim	() Não
24. Conhecimento da legislação pertinente:	() Sim	(X) Não
25. Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim	() Não
26. Conhecimentos em língua espanhola ou inglesa	() Sim	(X) Não

Critérios de Seleção – VAGA Nº 145

A seleção se dará em três fases, sendo a primeira eliminatória, a segunda correspondente à avaliação dos currículos e a terceira fase composta por entrevista, conforme segue.

1. Seleção quanto ao atendimento mínimo (eliminatório):

- Nível superior nas áreas de formação elencadas no item 17.
- Experiência profissional de no mínimo três anos em atividades relacionadas ao objeto da contratação (turismo em áreas naturais protegidas; turismo de base comunitária; processos de gestão e salvaguarda do patrimônio imaterial; elaboração e/ou editoração de publicações impressas; sistematização de experiências).
- Apresentação de declaração de disponibilidade de viagem e conhecimentos de informática (Editores de texto e apresentação de slides)

2. Avaliação do currículo, conforme temas e pontuação abaixo, sendo a pontuação máxima de 55 pontos.

- **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Pontuação máxima: 20 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
1. Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado
2. Experiência com menos de três anos	Eliminado
3. Experiências relacionadas à temática do edital durante a graduação (estágios e trabalho de conclusão de curso).	2
4. Cursos em área compatível com o objeto da contratação *	1
5. Especialização em área compatível com o objeto da contratação *	2
6. Mestrado em área compatível com o objeto da contratação *	4
7. Doutorado em área compatível com o objeto da contratação*	6

* Nos campos 3 e 4 o candidato deverá demonstrar o vínculo com o objeto da contratação a partir de uma caracterização breve do conteúdo e das atividades relacionadas aos estágios e cursos.

* Nos campos 5, 6 e 7 o candidato deverá demonstrar o vínculo com o objeto da contratação a partir da apresentação do título do trabalho, bem como do resumo da monografia final, dissertação e/ou tese.

* Poderão ser considerados no máximo: 02 (duas) especializações, 02 (dois) cursos, 02 (duas) experiências durante a graduação, 01 (um) mestrado e 01 (um) doutorado.

- **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Pontuação máxima: 35 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	Peso	Máximo
Experiência com turismo de base comunitária e/ou turismo em áreas naturais protegidas.	Experiência de 1 a 3 anos (2 pontos)	1	05
	Experiência acima de 3 anos (5 pontos)		
Experiência com processos voltados a comunidades e relacionados a áreas naturais protegidas	Experiência de 1 a 3 anos (2 pontos)	1	05
	Experiência acima de 3 anos (5 pontos)		
Experiência com processos relacionados à gestão e salvaguarda do patrimônio histórico-cultural	Experiência de 1 a 3 anos (2 pontos)	1	05
	Experiência acima de 3 anos (5 pontos)		
Experiência com editoração de publicações impressas (livros, revistas e cartilhas)	Trabalhos realizados e comprovados (1 ponto) (até 5 trabalhos)	2	10
Prática na sistematização de experiências de processos junto a comunidades tradicionais e/ou rurais.	Trabalhos realizados e comprovados (1 ponto) (até 5 trabalhos)	2	10
	Pontuação máxima		35

* Experiências que se encaixem em dois ou mais itens acima serão contabilizadas apenas uma vez, sendo enquadradas no item que apresentar relação mais direta.

- 3. Entrevista, sendo a pontuação máxima de 25 pontos.

Serão chamados para entrevistas os candidatos que apresentarem as três maiores pontuações na somatória dos critérios *Formação Acadêmica* e *Experiência Profissional*, podendo ser ampliada caso houver desistência de um desses classificados. **Os candidatos selecionados para a etapa da entrevista deverão elaborar uma pré-proposta de concepção do caderno de experiência para discussão no momento da entrevista.** As pré-propostas deverão ser encaminhadas à CGPT com a antecedência de dois dias da data agendada para entrevista. **Nesta etapa também será solicitado aos candidatos uma proposta financeira para avaliação.**

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
----------------	-----------

Conhecimento sobre a temática do edital	Até 10
Pré proposta de concepção do caderno de experiência	Até 10
Capacidade para se comunicar com clareza e objetividade	Até 5

Será selecionado o candidato que atendeu todos os quesitos mínimos (item 1) com maior pontuação da soma da Formação Acadêmica, Experiência Profissional e da Entrevista (itens 2 e 3).

Os casos omissos serão decididos pela comissão de avaliação.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – BRA/08/023 - Nº DA VAGA 146

2. Setor Responsável: CGPT **3. Diretoria:** DISAT/ICMBio

4. Função do Profissional a ser Contratado(a): Técnico Especializado

5. Contexto: O ICMBio tem por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Dentro do escopo de competências que possibilitam o alcance de sua missão, o Instituto conta, em sua estrutura, com uma Coordenação Geral de Populações Tradicionais. (CGPT). É de responsabilidade desta Coordenação a articulação de políticas públicas que promovam a inclusão social e produtiva destas populações residentes e/ou beneficiárias de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, assim como o suporte técnico e operacional para discussão e implementação de instrumentos de gestão voltados às RESEX, RDS e FLONA com população tradicional, a exemplo do Perfil de Família Beneficiária, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso e normas de utilização de recursos naturais no âmbito do Plano de Manejo.

Entre os anos de 2013 e 2015 a CGPT realizou um trabalho pioneiro de cadastramento de famílias e diagnóstico socioambiental nas 77 UC com populações tradicionais, incluindo RESEX, FLONA e RDS, levantando um número de cerca de 60 mil famílias em todo território nacional. Este trabalho evidenciou as principais potencialidades e carências desses territórios, possibilitando o aperfeiçoamento do trabalho da CGPT no alcance de seus objetivos.

Como decorrência deste trabalho, ficou evidenciado o desafio à equipe da CGPT em definir o melhor uso das informações levantadas no sentido de articular políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais como estratégia para conservação da biodiversidade. Desafio que é tanto conceitual, do ponto de vista da compreensão dos complexos arranjos internos às políticas e das interfaces entre distintas políticas, bem como dos efeitos desses arranjos e interações nos territórios, quanto operacional, considerando que os arranjos das políticas envolvem as três esferas da federação brasileira – federal, estadual e municipal -, e, portanto, demandam o envolvimento e capacitação não apenas dos servidores da CGPT e da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT), à qual a CGPT está subordinada, mas também dos gestores nas Coordenações Regionais e Unidades de Conservação. Este é o cenário de fundo que emoldura a presente proposta de contratação de consultoria.

6. Justificativa: Para enfrentar os desafios acima elencados, surgiu a proposta de uma capacitação em Políticas Públicas para Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável, voltada ao corpo técnico do ICMBio, de outros órgãos públicos integrantes do SISNAMA, comunitários e beneficiários de UC, com o objetivo de fortalecer sua atuação enquanto gestores de políticas públicas através do aporte de conhecimentos sobre: modelos que estruturam as políticas públicas no Estado federativo brasileiro; seus arranjos de gestão, implementação e avaliação, alimentando o ciclo de gestão destas políticas; o histórico do conceito e sua relação com a questão do desenvolvimento e, conseqüentemente, o papel das UC no desenvolvimento local.

Nesse sentido, a dimensão da participação social, que vem sendo fortalecida no âmbito do ICMBio através do trabalho da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental – CGSAM/DISAT, também tem a se fortalecer com uma tal proposta de capacitação, na medida em que os Conselhos e outros instrumentos de participação direta são constitutivos do modelo de gestão de políticas públicas como um todo adotado no Brasil pós-Constituição de 1988. O domínio conceitual e operacional das questões afetas ao campo das políticas públicas proporcionado pela capacitação fortalecerá a capacidade de intervenção na gestão das políticas tanto por parte dos grupos sociais relacionados à gestão de UC quanto por parte dos próprios gestores do ICMBio, enquanto representantes do órgão junto a essas instâncias de participação social na gestão das várias políticas que interferem no contexto territorial das UC.

Adicionalmente, a especificidade de lidar diretamente com os movimentos sociais e entidades representativas das populações tradicionais, transformando suas demandas em diretrizes de atuação, coloca a questão da participação social no âmbito da CGPT em outro patamar: o da gestão integrada. A definição de papéis claros na gestão de um bem público através da parceria entre Estado e Populações Tradicionais já começa a ser enfrentado pelo ICMBio e movimentos, através de negociações avançadas em torno de um decreto de regulamentação das RESEX, RDS e FLONA com população tradicional, e o

presente curso chega no momento certo para ser um espaço desta transição na cultura institucional, no sentido de cada vez mais compartilhar responsabilidades e o processo decisório com as populações tradicionais e suas representações. Pretende-se, assim, com este curso, proporcionar ainda um ambiente de reflexão acerca do papel destas populações na consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), reunindo nesta capacitação tanto gestores quanto comunitários e representantes do movimento social. Nesse sentido, o conceito de populações tradicionais, seu histórico e interfaces com a gestão pública, é central nas reflexões desta capacitação tanto quanto o de políticas públicas.

É por esta interface entre a atuação da CGPT e da CGSAM, ambas ligadas à DISAT, que a presente proposta articula as duas coordenações na implementação da capacitação em discussão, no âmbito do produto 2.10 do Projeto PNUD BRA/08/23. É uma iniciativa inovadora, na medida em que o ICMBio não desenvolveu, até o momento, processo formativo em políticas públicas com o alcance e escopo aqui pretendido. Desta forma, este edital busca contratar profissional capacitado a dar suporte à CGPT e à CGSAM/ICMBio para desenho da proposta de capacitação que atenda às necessidades aqui apontadas

7. Propósito da contratação: Consultoria especializada para elaboração de proposta de capacitação em “Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável”, contendo objetivos no formato CHA (Competências, Habilidades e Atitudes), Público-Alvo, Carga Horária, Unidades Didáticas e seus conteúdos, referências bibliográficas, metodologias de ensino e fio lógico entre as Unidades Didáticas definidos, assim como critérios para seleção de participantes, nos moldes do Plano de Curso adotado pela Acadebio.

8. Descrição das atividades:

8.1. Detalhamento:

Atividade 1: Identificação de referências bibliográficas para embasar os conteúdos teóricos previamente estabelecidos neste edital, assim como outros identificados pela consultoria como essenciais. Este documento deve contemplar pelo menos os seguintes temas:

- Conceitos de Políticas Públicas: histórico do conceito e sua relação com a questão do desenvolvimento e do Estado de Bem Estar Social, arranjos de políticas públicas, metodologias de avaliação de políticas públicas;
- Estrutura do Estado Federativo Brasileiro – competências dos entes públicos na gestão de políticas, democracia e participação social na gestão, elaboração e avaliação de políticas públicas;
- Debate e análise do conceito de cultura e suas características como: dinamismo, mecanismos adaptativos e cumulativos (dentre outros) no âmbito das populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação federais, incluindo discussão, ancorada em literatura das ciências sociais, a respeito de mudanças socioculturais em contextos de forte articulação e de dependência frente ao Estado e ao mercado capitalista, bem como de fortes pressões endógenas e exógenas que tencionam povos e comunidades tradicionais.
- Conceito de populações tradicionais: histórico do conceito, populações, povos ou comunidades tradicionais, disputas em torno do conceito nas dimensões político X científico X de gestão, implicações para a gestão pública, a partir de uma abordagem antropológica;
- Abordagens da gestão comunitária de recursos naturais: da teoria da Tragédia dos Comuns aos Recursos de Uso Comum, por um embasamento da gestão compartilhada entre Estado e Populações Tradicionais;
- Política Nacional do Meio Ambiente: da Preservação ao Uso Sustentável, acordos internacionais, OIT 169
- Papel das UC na promoção do desenvolvimento sustentável em escala local e regional
- Território: discussão conceitual com vistas a estabelecer a ligação entre a discussão mais ampla sobre políticas públicas com os contextos locais dos participantes.

As opções pelas referências apresentadas devem ser embasadas, em redação clara e concisa, considerando os objetivos da capacitação acima esclarecidos, a pertinência das abordagens para a missão institucional do ICMBio, estabelecendo o fio lógico que conduzirá a proposta de capacitação a ser desenvolvida.

Produto 1: Relatório de referências bibliográficas para os conteúdos teóricos da capacitação em Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável, contendo justificativas das opções apresentadas de acordo com os objetivos já apontados e conjunto de temas elencados, além de outros temas eventualmente identificados pela consultoria, elaborado e aprovado. Nesta etapa, deve ser definido o fio lógico da capacitação como um todo.

Atividade 2: Planejamento, elaboração e facilitação de Oficina de Planejamento da Capacitação, voltada ao corpo técnico da CGPT, CGSAM e servidores convidados. Essa oficina tem o objetivo de capacitar a equipe que assumirá o papel de implementação da capacitação enquanto coordenadores e instrutores nas temáticas conceituais desenvolvidas no primeiro produto, bem como levantar subsídios para a formatação da capacitação – unidades didáticas, conteúdos de cada unidade, fio lógico, metodologias para trabalhar cada conteúdo. A capacitação nos temas teóricos pode ser ofertada num primeiro momento, e na sequência um grupo menor se responsabilizaria pela primeira proposta de estrutura para a capacitação, sempre com suporte e orientação da consultoria.

Deve ser realizado pela consultoria um trabalho prévio de levantamento de políticas sociais e produtivas relacionadas a populações tradicionais em UC, que sirvam de exemplo para exercícios práticos de compreensão dos arranjos de gestão das políticas, com vistas a serem posteriormente replicados na capacitação a ser desenvolvida. A consultoria pode identificar instituições parceiras interessadas em contribuir com o ICMBio, de reconhecida atuação no campo de políticas públicas ambientais, seja para contribuir pontualmente na Oficina, seja para alavancar parcerias futuras no processo de implementação e avaliação da capacitação.

Segue, ao final deste TDR, pré-proposta de capacitação, que deve ser considerada pela consultoria como subsídio para realização desta atividade.

Produto 2: Relatório contendo o registro do processo de elaboração da Oficina de Planejamento da Capacitação, bem como da Oficina em si, detalhando as atividades realizadas e as opções realizadas no encontro presencial, elaborado e aprovado. O trabalho de identificação de parcerias também deve ser evidenciado.

Atividade 3: Elaboração de Proposta Final de Capacitação, levando em conta os processos e produtos anteriores, enriquecida a partir das orientações apontadas no momento presencial. O formato do Plano de Curso deve seguir aquele adotado pelo Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - Acadebio.

Produto 3: Proposta de Capacitação em Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável, contendo objetivos no formato CHA (Competências, Habilidades e Atitudes), Público-Alvo, Carga Horária, Unidades Didáticas e seus conteúdos, referências bibliográficas, metodologias de ensino para cada conteúdo e fio lógico entre as Unidades Didáticas definidos, assim como critérios para seleção de participantes, elaborada e aprovada, conforme modelo de Plano de Curso adotado pela Acadebio

10. Prazos: Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da CGPT, esta terá um prazo de 15 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o contratado atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar.

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

11. PRODUTOS	VALOR	DATA PREVISTA
Produto 1. Relatório de referências bibliográficas, elaborado e aprovado.	20% mediante entrega e aceite do Produto 1.	Até 30 dias após assinatura do contrato.
Produto 2. Relatório da Oficina de Planejamento da Capacitação, elaborado e aprovado.	40% mediante entrega e aceite do Produto 2.	Até 75 dias após assinatura do contrato.
Produto 3. Proposta de Capacitação, elaborada e aprovada.	40% mediante entrega e aceite do Produto 3.	Até 90 dias após assinatura do contrato.

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

PERFIL DO PROFISSIONAL

12. Modalidade a ser Contratado:		<input checked="" type="checkbox"/> Produto	
13. Período da Contratação: 03 (três) meses			
14. Valor do Contrato: De acordo com a portaria nº 162 de 12/05/2011-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.		Total Geral : R\$	
15. Nº de Vaga(s):	01		
16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input type="checkbox"/> Nível Superior	<input checked="" type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação(ões) Acadêmica(s): Graduação nas áreas das ciências sociais (<i>lato sensu</i>), direito, políticas públicas, ciências biológicas ou ciências ambientais. Mestrado ou Doutorado nas áreas de direito, políticas públicas, ciências sociais (<i>lato sensu</i>), ciências ambientais, com temática relacionada a políticas públicas e/ou populações tradicionais.			
18. Especializações/Cursos: Especializações e cursos não pontuarão nesta seleção.			
19. Experiência Profissional:			
<ul style="list-style-type: none"> • Experiência com temáticas relacionadas a populações tradicionais; • Experiência com temáticas relacionadas a políticas públicas ambientais, sociais ou produtivas voltadas a populações tradicionais. 			
20. Tempo de Experiência Profissional: Mínimo 3 (três) anos (podendo somar tempo entre diferentes experiências nas áreas previstas no item 19).			
21. Localidade de Realização do Trabalho: Brasília/DF			
22. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
23. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
24. Conhecimento da legislação pertinente:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
26. Capacidade de redação clara e concisa em português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
27. Conhecimentos em língua espanhola	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	

Pré-Proposta de Capacitação em Políticas Públicas para Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável

Edital 012/2018 – Vaga nº 146

Nome do curso: Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais em UC de Uso Sustentável.

Público-Alvo: gestores do ICMBio, gestores estaduais e municipais de UC, comunitários, beneficiários de UC.

Objetivos do curso: **Objetivo geral:**

Capacitar gestores de unidades de conservação e comunitários para atuar nos processos de elaboração, gestão, avaliação e articulação de políticas públicas visando a garantia e promoção de direitos de povos e comunidades tradicionais relacionados a UC de uso sustentável, especialmente no que diz respeito à implementação de políticas que concorram para a garantia dos meios de vida e a sustentabilidade ambiental de territórios tradicionais.

Objetivos específicos:

- a) discutir o papel das UC enquanto agentes de desenvolvimento sustentável, estimulando e qualificando a participação em e/ou criação de redes e fóruns locais e regionais com vistas à articulação das políticas públicas;
- b) problematizar os conceitos de cultura e populações tradicionais, superando uma visão instrumentalista destas (tradicionalidade associada a um congelamento dos modos de vida no tempo, tradicionalidade em função da sustentabilidade das práticas produtivas e atrelamento dos direitos sociais a essas ideias);
- c) promover a reflexão sobre os desafios da gestão integrada de UC com populações tradicionais.

Carga horária: 100 horas/aula, em dois módulos de 50 horas cada (curso presencial, com possibilidade de atividades inter-módulos e/ou elaboração de projetos).

Possíveis conteúdos didáticos:

Módulo I – Políticas Públicas, Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (módulo conceitual)

Conceitos de políticas públicas – histórico do conceito e sua relação com a questão do desenvolvimento; como se dá a construção de políticas públicas, seus arranjos intra e interinstitucionais

Estrutura do Estado Federativo brasileiro – competências dos entes públicos, democracia e participação social na gestão pública, elaboração e avaliação de políticas públicas

Participação social de povos e comunidades tradicionais na gestão de políticas públicas

Território: discussão conceitual, fazendo o link da discussão mais ampla sobre políticas públicas com os contextos locais dos participantes

Papel das UC na promoção do desenvolvimento sustentável em escala local e regional

Populações tradicionais – um conceito político, histórico e cultural, OIT 169

Cultura – Trabalhar o conceito e discussão a respeito das mudanças socioculturais envolvendo povos e comunidades tradicionais, inclusive tendo em vista contextos de forte articulação e de dependência frente ao Estado e ao mercado capitalista, e de fortes pressões endógenas e exógenas que tensionam estas coletividades.

Política ambiental – arranjos, instrumentos, avanço até o Uso Sustentável

Reserva Extrativista – do território à UC, gestão integrada pensada à luz do conceito de Recursos de Uso Comum (teoria que estuda as formas de organização comunitária para definição de regras de acesso a recursos naturais)

Módulo II – Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais em UC

Instrumentos de Gestão: Acordos (de Gestão, de Pesca etc), Perfil da Família Beneficiária, CCDRU, Plano de Manejo.

Políticas de inclusão produtiva: Mercados institucionais (PAA, PGPMBio, PNAE), ATER, Crédito/Fomento

Políticas sociais: Energia/ Saúde/ Educação (conforme prioridades apontadas pelos movimentos)

O foco não seria apenas elencar as políticas existentes, mas realizar, através de metodologias que permitam a participação tanto dos gestores quanto dos comunitários, exercícios que possibilitem a compreensão dos arranjos institucionais que estas políticas propõem, bem como a avaliação de sua efetividade, de acordo com os conteúdos teóricos abordados no primeiro módulo.

Critérios de Seleção – VAGA 146

A seleção se dará em três fases, sendo a primeira eliminatória, a segunda correspondente à avaliação dos currículos e a terceira fase composta por entrevista, conforme segue.

1. Seleção quanto ao atendimento mínimo (eliminatório):

- Graduação nas áreas indicadas no item 17 acima
- Mestrado nas áreas indicadas no item 17 acima
- Experiência profissional de no mínimo três anos em atividades indicadas no item 19 acima.
- Apresentação de declaração de disponibilidade de viagem, para o caso da consultoria estar domiciliada fora de Brasília-DF, conhecimentos de informática (Editores de texto e apresentação de slides) e conhecimento da legislação pertinente.

2. Avaliação do currículo, conforme temas e pontuação abaixo, sendo a pontuação máxima de 60 pontos.

• EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Pontuação máxima: 60 pontos

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PESO	MÁXIMO
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	Eliminado	-	-
Experiência com menos de três anos	Eliminado	-	-
Mestrado nas áreas elencadas no item 17, apresentando título e abstract da dissertação	3	1	4
Doutorado nas áreas elencadas no item 17, apresentando título e abstract da tese	6	1	7
Artigos científicos relacionados a povos e comunidades tradicionais publicados em periódicos ou livros, apresentando título e abstract de cada, no limite de até 5 artigos	1 por artigo	1	5
Artigos científicos relacionados a políticas públicas publicados em periódicos ou livros, apresentando título e abstract de cada, no limite de até 5 artigos	1 por artigo	1	5
Artigos científicos relacionados a políticas públicas voltadas a	2 por artigo	1	10

populações tradicionais publicados em periódicos ou livros, apresentando título e abstract de cada, no limite de até 5 artigos*			
Experiência com docência em nível superior	3 a 5 anos – 2 pontos	1	5
	Acima de 5 anos – 5 pontos		
Experiência com temáticas relacionadas a populações tradicionais, no limite de até 4 trabalhos	1 por trabalho	1	4
Experiência com temáticas relacionadas a políticas públicas, no limite de até 4 trabalhos	1 por trabalho	1	4
Experiência com temáticas relacionadas a políticas públicas voltadas a populações tradicionais, no limite de até 4 trabalhos*	2 por trabalho	2	16
Pontuação Máxima			60

* Artigos científicos e trabalhos realizados sobre temáticas relacionadas a políticas públicas para populações tradicionais serão enquadradas no item de maior pontuação, não acumulando pontos nos demais itens.

- 2. Entrevista, sendo a pontuação máxima de 40 pontos.

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Conhecimento sobre a temática do edital	Até 25
Capacidade para se comunicar com clareza e objetividade	Até 15

Serão submetidos à entrevista apenas os três candidatos melhor classificados pela pontuação *Experiência Acadêmica e Profissional*, podendo ser ampliada caso houver desistência de um desses classificados.

Será selecionado o candidato que atendeu todos os quesitos mínimos, com maior pontuação da soma da *Experiência Acadêmica e Profissional* e da *Entrevista* (itens 1 e 2).

Os casos omissos serão decididos pela comissão de avaliação.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome completo:

E-mail:

Nº do RG:

Órgão Expedidor:

Data de Expedição:

Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)

*Local de nascimento:

Sexo:

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Estado civil:

Língua Pátria:*

Nacionalidade de origem:

Nacionalidade atual:

HISTÓRICO PESSOAL

Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?

Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):

ENDEREÇOS

Tipo	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial					
Residencial					

TELEFONES

Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal

Comercial					
Residencial					
ESCOLARIDADE					
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS					
Nome do Curso, Local do Curso, Carga Horária			Descreva correlação com o tema deste edital		
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
A partir da data:	Até (data):		Tempo de Experiência:		
Cargo:	Empregador:				
Supervisor					
Cidade/Estado:					
Atividades:					
Descrever e correlacionar com o item 19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO deste edital					
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.					